

QUEREMOS O POVO NO ORÇAMENTO:

CALABOUÇO FISCAL, NÃO!

A RECONSTRUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO PODE TER AMARRAS NEM GATILHOS!

Ao Senado Federal,

O governo que encerrou seu mandato em 31/12/2022 estourou em R\$ 749 bilhões a Emenda Constitucional 95/2016 (Teto de Gastos), evidenciando que esse teto é impraticável e deveria ser revogado.

Não se justifica, portanto, a imposição do brutal arrocho fiscal contido no PLP 93/2023 (Novo Arcação Fiscal – NAF), que o Senado recebeu da Câmara.

Estão na guilhotina:

- reajuste salarial dos servidores, realização de concursos públicos, criação e reestruturação de carreiras;
- complementações da União para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização

dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

- Fundo Constitucional do Distrito Federal;
- piso da enfermagem;
- verbas da saúde e educação acima dos pisos constitucionais.

Quem perde é o povo!

As emendas parlamentares, por outro lado, estarão garantidas “linearmente”.

É uma total contradição com a soberania popular. Chega de enriquecer os super ricos e cortar do povo!

Por isso as entidades signatárias dirigem-se a V.Exas. para pedir:

**RETIREM O POVO DO
CALABOUÇO FISCAL!**



QUEM PRECISA DE “ARCABOUÇO FISCAL”?

Não é o povo e nem as finanças públicas. São eles, os mesmos que se beneficiam da taxa de juros mais alta do mundo. São os super ricos e banqueiros, que enchem os bolsos com a dívida pública, que arreganham os dentes para defender algum tipo de “âncora fiscal”. Na prática, ficam limitados os gastos sociais para a produção de “superávits primários” (expressão difícil que significa manter o lucro de quem vive de juros).

Poucos países cometeram o suicídio econômico de aprovar leis com esse conteúdo. São leis que garantem o lucro privado dos magnatas, enquanto jogam nas costas dos trabalhadores as crises e os prejuízos financeiros dessa política: foi assim em 2008, por exemplo.

Quando o mercado financeiro “quebra” eles correm para se so-

correr no caixa dos estados e nos bancos centrais. Mas quando um investimento nos serviços públicos ou programa social é anunciado para o povo, para os desempregados, eles urram acusando “a ganância”.

A população precisa de mais e melhores serviços públicos! Passou da hora de dar fim aos privilégios dos super ricos, dos que não trabalham, que só vivem de juros e que em nada contribuem com a economia do país.

O crescimento robusto dos gastos sociais e a ampliação dos investimentos públicos são as verdadeiras alavancas para o desenvolvimento, reduzem a pobreza e as desigualdades sociais.

**NÃO À AUSTERIDADE
FISCAL, ÀS ÂNCORAS E
“ARCABOUÇOS!”**